

A CONFORMAÇÃO DE SABERES SOBRE EDUCAÇÃO MORAL, CIVISMO E HIGIENE NOS PERIÓDICOS EDUCACIONAIS DA ESCOLA NORMAL DE SÃO CARLOS (1911–1923).

JAQUELINE RAMPELOTI OZELIN (UNESP).

Resumo

Nesta comunicação apresento alguns resultados da pesquisa que tem por objetivo analisar os periódicos educacionais: *Revista da Escola Normal de São Carlos* (1916–1923), *Excelsior!* (1911–1916) e *O Raio Verde* (1917–1918) – publicados pela Escola Normal de São Carlos – privilegiando os artigos sobre educação moral, civismo e higiene com a finalidade de compreender como esses temas são apropriados e representados pelos diretores, professores e alunos dessa instituição de formação de professores. Tem como fontes principais os periódicos acima citados incluindo a *Revista de Educação* (1921–1923), publicada pela Escola Normal de Piracicaba, selecionada para a pesquisa em virtude da grande incidência de artigos sobre a higiene, contrastando com a *Revista da Escola Normal de São Carlos* na qual a incidência maior é de artigos sobre a educação moral e o civismo. O recorte temporal escolhido compreende o primeiro ano de publicação da revista *Excelsior!* (1911) e se estende até o último ano de publicação da *Revista da Escola Normal de São Carlos* (1923), englobando o período de publicação do periódico *O Raio Verde* (1917–1918) e da *Revista de Educação* (1921–1923). Para a análise, é realizada a contextualização do momento de publicação dos periódicos e a leitura e análise dos artigos que tratam dos temas selecionados, tendo como base teórica os pressupostos lançados pela História Cultural, em especial, os escritos sobre produção, apropriação e representação apresentados por Roger Chartier e Marta Carvalho, tomando o impresso como objeto cultural que guarda as marcas de sua produção e usos. Até o momento, é possível afirmar, tanto pela leitura dos aspectos históricos quanto pela análise de alguns artigos, que os temas estudados são centrais durante a Primeira República brasileira e eram temas importantes no cotidiano das escolas normais de São Carlos e de Piracicaba.

Palavras-chave:

História Cultural, Periódicos Educacionais, Escola Normal de São Carlos.

Neste texto, apresento os aspectos históricos norteadores da pesquisa de Mestrado que realizo cujo principal objetivo é analisar os periódicos educacionais *Revista da Escola Normal de São Carlos* (1916-1923), *Excelsior!* (1911-1916) e *O Raio Verde* (1917-1918) - publicados pela Escola Normal de São Carlos - privilegiando os artigos sobre educação moral, civismo e higiene com a finalidade de compreender como esses temas são apropriados e representados pelos diretores, professores e alunos dessa instituição de formação de professores.

A base teórica é pautada nos pressupostos lançados pela História Cultural, que "tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler" (Chartier, 1990: p.16-17). Nesses termos, as idéias apresentadas por Roger Chartier são muito pertinentes para a realização da pesquisa em questão, por isso proponho, neste texto, a contextualização do momento histórico - no que se refere a educação moral, ao civismo e a higiene no início do século XX no estado de São Paulo - da produção dos periódicos estudados já que, "numa dada época, o cruzamento desses vários suportes (lingüísticos, conceituais, afetivos) dirige as maneiras de pensar e de sentir que delineiam configurações intelectuais específicas" (Chartier, 1990: p. 37).

Conforme Carvalho (1989), nos anos de 1920, os intelectuais que se propunham a pensar e avaliar a República brasileira entendiam que na educação encontrava-se a solução para os problemas por eles identificados.

Este entusiasmo pela educação condensava expectativas diversas de controle e modernização social, cuja formulação mais acabada se deu no âmbito do nacionalismo [...]. Neste âmbito, o papel da educação foi hiperdimensionado: tratava-se de dar forma ao país amorfo, de transformar os habitantes em povo, de valorizar o organismo nacional, de constituir a nação. Nele se forjava projeto político autoritário: educar era obra de moldagem de um povo, matéria informe e plasmável, conforme os anseios de Ordem e Progresso de um grupo que se auto-investia como elite com autoridade para promovê-los. (p. 9).

A escola na Primeira República brasileira simbolizava a instauração de uma nova ordem e, portanto, deveria "fazer ver" (Carvalho, 1989: p. 9).

Para fazer ver, a escola devia se dar a ver. Daí os edifícios necessariamente majestosos, amplos e iluminados, em que tudo se dispunha em exposição permanente. Mobiliário, material didático, trabalhos executados, atividades discentes e docentes - tudo devia ser dado a ver de modo que a conformação da escola aos preceitos da pedagogia moderna evidenciasse o Progresso que a República instaurava. (Carvalho, 1989: p. 25).

Em seu discurso por ocasião da inauguração do edifício da Escola Normal Caetano de Campos, em 1894, Cesário Mota (apud Carvalho, 1989: p. 25) deixava claro que a escola da República contrapunha-se àquela da velha ordem que não poderia oferecer nem educação cívica, nem "preparação para satisfizer as necessidades da vida ou para desempenhar as funções sociais que o regime republicano exige".

Segundo Carvalho (1989), construído sobre o "primado da visibilidade", o sistema público de ensino paulista apresentava aos futuros professores a proposta de "ver para reproduzir os procedimentos vistos e dar a ver sua prática como modelo de outras [...]": é a Pedagogia dos "processos intuitivos" que trazia a possibilidade de recapitular, no indivíduo, o caminho percorrido pela humanidade na construção do conhecimento, conquistando para ele os benefícios trazidos pela Ciência para a Humanidade e, através deles, as condições para o exercício da cidadania. Caetano de Campos, em *Memória* apresentada ao Governador Jorge Tibiriçá (apud Carvalho, 1989: p. 31), afirmava que a mudança de regime havia entregado "ao povo a direção de si mesmo" tornando-se urgente "cultivar-lhe o espírito, dar-lhe a elevação moral de que ele precisa, formar-lhe o caráter para que saiba querer".

"Para o Governo, educar o povo era um dever e um interesse. Interesse [segundo Caetano de Campos - apud Carvalho, 1989: p. 33] 'porque só é independente quem tem o espírito culto, e a educação cria, avigora e mantém a posse da liberdade'". Tal interesse não se restringia somente ao ensino primário, embora esse fosse visto como muito importante por formar na criança o hábito de pensar antes de falar, de aproveitar o tempo e sobretudo o amor ao trabalho, porém insuficiente para formar cidadãos. Impunha-se, assim, que o ensino fosse "completo, inteiro em todos os conhecimentos indispensáveis à vida, enciclopédico por assim dizer [...]" fazendo com que os conhecimentos científicos ministrados na escola secundária fossem a base da educação. "Fornecer tal ensino inteiro, completo, de base científica, condição efetiva da cidadania plena, é o que se entendia como tarefa republicana". (Carvalho, 1989: p. 33).

Para a disseminação desse ensino era necessário o estabelecimento prévio de novas escolas-modelo[1], anexas à Escola Normal, nas quais os novos processos de ensino pudessem ser observados pelos futuros professores. A cidadania efetiva dos brasileiros era, assim, postergada para o futuro, uma vez que, antes de iniciarem-se os ensinamentos aos alunos da escola primária era necessário formar professores hábeis para exercerem essa tarefa.

O problema mais urgente para ser resolvido, naquele momento, era o analfabetismo que passou a ser visto como um entrave para o progresso da nação. Oscar Thompson (então Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo) em relatório apresentado no ano de 1918 ao Secretário do Interior, Rodrigues Alves, afirmava que o analfabetismo era a causa da existência das populações que "mourejavam no Estado, sem ambições, indiferentes, de todo em todo, às cousas e homens do Brasil". Segundo Carvalho (1989: p. 40), "produz-se, assim, um deslocamento no discurso educacional: um novo personagem irrompe, um brasileiro doente e improdutivo, peso morto a frear o Progresso, substitui a figura do Cidadão abstrato, alvo das luzes escolares". Essa "figura de um brasileiro doente e indolente, apático e degenerado, alegoriza os males do país. Transformar essa espécie de Jeca Tatu em brasileiro laborioso, disciplinado, saudável e produtivo era o que se esperava da escola". (Carvalho, 1989: p. 56).

A questão do analfabetismo do povo brasileiro apresentava-se para Sampaio Dória (idealizador da Reforma de 1920) como uma "questão nacional por excelência". Contudo, sua proposta, que culminou na Reforma de 1920, não se limitava somente à alfabetização. A escola primária implantada pela Reforma deveria funcionar como:

1º instrumento de adequação científica, com aprender a ler e escrever; 2º educação inicial dos sentidos, no desenho, no canto e nos jogos; 3º educação inicial da inteligência, no estudo da linguagem, da análise, do cálculo e nos exercícios de logicidade; 4º educação moral e cívica, no escotismo, adaptado à nossa terra e no conhecimento de tradições e grandezas do Brasil; 5º educação física inicial, pela ginástica, pelo escotismo e pelos jogos.[2] (Antunha, 1976 apud Carvalho, 1989: p. 42).

Entre as medidas apresentadas pela Reforma, destacam-se: redução do ensino primário para 2 anos e a criação do ensino médio de 2 anos de duração, correspondentes ao 3º e 4º anos primários (então extintos); redução da obrigatoriedade e gratuidade da frequência escolar primária (somente as crianças de 9 e 10 anos eram obrigadas a frequentar o curso primário) e a criação de 2 mil escolas isoladas; entre outras. (Antunha, 1976 apud Carvalho, 1989). Tais medidas foram acompanhadas por outras,

[...] voltadas para o que era entendido como nacionalização do ensino. A questão comportava dois aspectos distintos, embora solidários: tratava-se, por um lado, de "abrasileirar os brasileiros" através da alfabetização e da educação moral e cívica e, por outro, de integrar o imigrante estrangeiro. Neste segundo aspecto o escotismo foi incentivado, juntamente com outras medidas de formação cívica. Mas a iniciativa mais relevante neste caso foi a intervenção nas escolas estrangeiras. Novas disposições legais prescreviam que respeitassem os feriados nacionais, ministrassem o ensino em vernáculo, incluíssem no currículo o ensino de Português, Geografia e História do Brasil por professores brasileiros natos e ensinassem os cantos nacionais nas classes infantis. Além disso,

essas escolas deveriam abrir-se à inspeção do Estado e fornecer-lhe os dados estatísticos solicitados. (Carvalho, 1989: p. 44).

Dois anos antes da aplicação da Reforma, Sampaio Dória (então catedrático de Psicologia, Pedagogia e Educação Cívica da Escola Normal da Capital) foi convidado a proferir uma conferência sobre educação cívica no curso de higiene elementar oferecido a diretores de grupos escolares no Instituto Butantã, em 1918. Em seu discurso, Sampaio Dória apresentava um programa de formação de cidadãos, "*de brasileiros dignos da democracia e da liberdade*. Concebida como *religião da Pátria*, a educação cívica, elemento fundamental na formação do homem, deveria se articular em torno de três elementos: a concepção de Pátria, o ritual de civismo e a moral cívica". (Rocha, 2003: p. 162. Grifos da autora).

Segundo ele,

O primeiro se dirige á intelligencia e faz pensar. Que é a Patria? Muito já se tem dito a este respeito. Em regra, nos limitamos a senti-la. Já na meninice, e, depois, no decorrer dos annos, da Patria mais logramos o sentimento que a sua idéa pura e perfeita. Mas, sejam quaes forem as suggestões do sentimento e da saudade, a Patria é sempre a "communiidade da terra e da gente, das instituições e da lingua, das tradições e do futuro".

O segundo elemento da religião da Patria, o ritual civico, interessa directamente o sentimento, e faz vibrar. Celebram-se os fastos nacionaes. Institui-se o culto dos heroes. Cantam-se canções de guerra. Descobrimo-nos todos, quando o hymno toca. Rezam-se orações à bandeira. Exaltamo-nos a rufar dos tambores. Um toque de clarim ecôa em nosso espirito, como um canto de alvorada para gloria.

O terceiro elemento conflue para a vontade, e faz agir. É a moral civica, que se compendia em maximas, em preceitos, em mandamentos[3]. (Sampaio Dória, 1918 apud Rocha, 2003: p. 162).

O discurso de Sampaio Doria nesse curso, cujo objetivo era "buscar o engajamento dos diretores na obra de saneamentos rural", deixava "explícitos os vínculos entre os esforços no sentido de sanear o país e os objetivos de constituição da nacionalidade". (Rocha, 2003: p. 163).

Segundo Rocha (2003), entre o final do século XIX e início do XX, a cidade de São Paulo passava por transformações,

O intenso crescimento populacional, decorrente, em grande medida, do afluxo de um significativo contingente de imigrantes, será acompanhado de uma rápida transformação na paisagem. Se uma outra cidade vai surgindo, os problemas que se colocam ganham uma dimensão até então desconhecida. Cortiços, habitações coletivas, porões, enchentes, acúmulo de lixo, epidemias, greves e rebeliões, representados como signos da desordem, do caos urbano e de uma constante ameaça, exigirão novas estratégias de intervenção. (p. 13).

Tais estratégias foram elaboradas e colocadas em prática por meio do trabalho de médicos-higienistas e sanitaristas que, através da criação de instituições, de investigações sobre o modo de vida da população e da criação de formas de

intervenção, tinham como objetivo produzir uma nova maneira de se viver diferente daquela vivida pela maioria da população. Entre as estratégias pensadas e colocadas em prática por esses profissionais, estão as iniciativas que visavam fazer da educação escolar um meio de higienização da população. Em uma época em que as representações sobre o povo o identificavam como amorfo, a articulação entre educação e saúde também era vista como uma possibilidade de "regeneração da população brasileira" (Rocha, 2003: p. 232), uma vez que se atribuía à falta de educação da população a responsabilidade pelos problemas sociais então existentes. "*Regenerar as populações brasileiras, núcleo da nacionalidade, tornado-as saudáveis, disciplinadas e produtivas, eis o que se esperava da educação, erigida nesse imaginário em causa cívica de redenção nacional*". (Carvalho, 1989: p. 10. Grifo da autora).

Com vistas a centralizar as ações inerentes à saúde pública no estado de São Paulo, foi criado, em 1918 (baseado no modelo norte-americano e resultando de um acordo entre o Governo do Estado de São Paulo e a Junta Internacional de Saúde da Fundação Rockefeller), o Instituto de Hygiene que teve papel fundamental na elaboração da política sanitária adotada a partir de 1925.

Política que, calcada nos ideais de prevenção das doenças e manutenção da saúde, elegeu, como objetivo prioritário, a *formação da consciência sanitária* e constituiu a educação sanitária em uma das suas mais importantes pautas, acreditando ser possível, por meio dela, inculcar na população e, sobretudo, nas crianças, hábitos salutaros. (Rocha, 2003: p. 14. Grifos da autora).

Entre os objetivos do instituto "destacam-se os intentos de constituí-lo em uma escola de higiene e saúde pública, *locus* privilegiado de formação de profissionais nos misteres da saúde pública" (Rocha, 2003: p. 126). Tendo como alicerce novas concepções de saúde e visando instaurar novas práticas, torna-se muito importante, naquele momento, a formação de novos agentes e a difusão da educação sanitária.

O Instituto de Hygiene teve atuação importante na elaboração de estratégias que tinham como objetivo divulgar hábitos de higiene no ambiente escolar por meio da formação profissional dos professores primários e de agentes de saúde pública, além da produção de impressos destinados às crianças das escolas primárias e seus professores.

Três anos após sua criação, o Instituto de Hygiene foi reorganizado e passou a oferecer "cursos de pós-graduação em profilaxia da malária e ancilostomíase, curso intensivo de Higiene Rural e instrução em Higiene para as alunas da Escola Normal" (Rocha, 2003: p. 131). Em 1922, sob a direção do Dr. Paula Souza, o Instituto passou a oferecer cursos técnicos voltados para a formação de novos agentes de saúde pública, retomando, somente em 1928, suas atividades referentes aos cursos de pós-graduação.

A partir de 1921, com a criação da cadeira de Anatomia e Fisiologia Humana, Biologia e Higiene[4] como parte do currículo dos cursos de formação de professores, a instrução das alunas da Escola Normal se consubstanciou em uma resposta às demandas geradas por esse dispositivo. Segundo Tanuri (1979),

Ainda que a ênfase colocada na 'prática de ensino', como principal instrumento de preparo profissional, continue a se verificar, já se observam, de outro lado, preocupações em torno de uma reestruturação curricular, com inclusão de ciências consideradas

'fundamentos da educação' como: Psicologia, Biologia Educacional ou Higiene, História da Educação, Sociologia. (p. 156).

Assim, a partir de 1921, a proposta de instrução das alunas normalistas passou a orientar o trabalho do Instituto de Hygiene. Tal instrução abrangia assuntos referentes à higiene pessoal, à higiene da casa e os aspectos diretamente ligados à higiene escolar e era baseada em uma orientação prática predominando as demonstrações, preleções e exercícios práticos de Higiene Escolar e Higiene Infantil. O objetivo dos exercícios práticos era demonstrar como proceder à inspeção diária das crianças, pesá-las e medir sua força mensalmente, além de orientar as futuras professoras a respeito do que ensinar aos seus alunos sobre higiene. (Rocha, 2003).

Os principais destinatários das estratégias da educação sanitária eram a infância e a mocidade, representadas como "matéria plástica e plasmável", procurando, por meio delas, atingir suas famílias, "ensinando-lhes um padrão de vida civilizado, expresso em práticas desejáveis de asseio pessoal e do vestuário, higiene do lar, alimentação e cuidados com os filhos". (Rocha, 2003: p. 147).

Na concepção do Instituto de Hygiene, as professoras primárias eram vistas como importantes aliadas na divulgação das noções de higiene, sendo oferecidos a elas vários cursos. Sua escolha se justificava pela falta de enfermeiras que pudessem ser designadas para essa função, porém, a formação pedagógica era vista como uma vantagem dessas profissionais.

É importante ressaltar a importância atribuída à Higiene pelos professores. Conforme Rocha (2003), Oscar Thompson - então diretor geral da Instrução Pública -, em 1917, visando dar ao Anuário de Ensino uma feição voltada para a difusão dos princípios da Escola Nova, apresenta uma proposta de educação integral que possibilitasse a formação integral do homem brasileiro. Para ele, entre os elementos que compõem o programa de renovação da escola, a divulgação dos princípios de higiene e, sobretudo, dos ensinamentos de puericultura, articulados aos demais, deveriam possibilitar a formação do "brasileiro orgulhoso da sua terra e da sua gente" [5]. (Thompson, 1917 apud Rocha, 2003: p. 161).

No ano seguinte, foi oferecido aos diretores dos grupos escolares do interior e do litoral um curso de higiene elementar no Instituto Butantã visando preparar diretores e professores para "divulgar na escola e fora della conhecimentos da hygiene publica elementar e principalmente da hygiene rural e de auxiliar o Serviço Sanitario do Estado na campanha já iniciada, em prol do saneamento do interior" [6]. (Anuario do Ensino, 1918 apud ROCHA, 2003: p. 161). Segundo Rocha (2003) o curso teve a duração de 16 dias e foi oferecido a duas turmas de diretores de grupos escolares, entre agosto e setembro de 1918.

A iniciativa de formação dos diretores dos grupos escolares mostra a importância que as questões relativas à higiene e à saúde pública vão assumindo no projeto educacional brasileiro no início do século XX, deixando clara a concepção de educação sanitária como um meio muito eficiente de regeneração física, intelectual e moral da população uma vez que,

inteligência, sentimento e vontade postos a serviço da causa cívica de engrandecimento do Brasil, formação de "cidadãos eficientes da democracia", resumiriam o programa de educação cívica com o qual deveriam se comprometer esses agentes de difusão de um novo ideário educacional". (Rocha, 2003: p. 163).

Enquanto isso, nos grupos escolares...

Eliminar as *atitudes viciosas* e inculcar hábitos salutaros, desde a mais tenra idade. Criar um *sistema fundamental de hábitos higiênicos*, capaz de dominar, inconscientemente, toda a existência das crianças. Modelar, enfim, a *natureza infantil*, pela aquisição de hábitos que resguardassem a infância da debilidade e das moléstias. Eis as tarefas de que se deveria incumbir a escola primária, no bojo da reforma que redefiniu o eixo da política sanitária paulista, na década de 20. (Rocha, 2003: p. 179. Grifos da autora).

No início do século passado, a escola era vista como um cenário importante no qual deveriam ser disseminados os novos conceitos e práticas sobre higiene a serem adotados pelas crianças e, posteriormente, pelas suas famílias. Devido à representação sobre a plasticidade e maleabilidade infantis, entendia-se que todo o esforço educativo deveria privilegiar a infância, enquanto que a instrução para a fase adulta era concebida como sendo apenas uma possibilidade de reforçar alguns hábitos.

O ensino da higiene era pautado nas concepções do ensino ativo, fazendo uso das contribuições da Psicologia tanto para a organização do ensino como para a formação dos professores. Buscando atribuir à Pedagogia um caráter de cientificidade, a Psicologia era vista como a "ciência capaz de ensinar sobre a natureza da criança e, por essa via, responder às questões que dizem respeito às formas de ensinar, evitando os maus hábitos e inculcando os bons", na tarefa de formação da "consciência sanitária" (Rocha, 2003: p. 185). É com base nessas idéias que Dr. Almeida Júnior elabora um programa para o ensino da Higiene na escola primária que se iniciaria nas atitudes e no comportamento até alcançar a cognição, em um trabalho educativo elaborado numa seqüência que corresponderia ao caminho que a criança deveria percorrer na aquisição dos hábitos higiênicos: a imitação, a obediência, o amor próprio e o raciocínio. Reservando, no entanto, para os últimos anos do ensino primário, os estudos pormenorizados, o professor deveria permanecer atento à necessidade de clareza, objetividade e repetição de suas explicações, além de tornar o ensino prático e interessante para os alunos, por meio da utilização de cartazes, desenhos, objetos, etc.

As sugestões higiênicas presentes na escola e o exemplo do professor não bastariam para incutir nas crianças os preceitos modelares de higienização, seriam necessárias intervenções em seu cotidiano escolar que lhes possibilitassem vivenciar dia-a-dia os hábitos de higiene. O aprendizado por meio dessas práticas não ficaria somente no âmbito escolar, mas visava atingir as crianças e suas famílias que, nas representações daqueles que elaboravam tais modelos educacionais, viviam de maneira não civilizada e precisavam, portanto, da educação sanitária para passarem a viver civilizadamente. Tais práticas consistiam na revista dos alunos; na revista da escola pelos alunos; na observação e correção, por parte do professor, das condutas contrárias aos preceitos higiênicos; às mensurações de peso, altura e força física; e indagações sobre a vida doméstica do aluno.

Em sua concepção sobre como deveria ser o ensino de higiene, Dr. Almeida Júnior recomendava o uso de impressos para a divulgação dos preceitos higiênicos. "Coloridos, interessantes, ilustrados, trabalhando as questões numa linguagem simples, livros e cartilhas duplicariam a eficiência do ensino, acompanhando a criança a todas as horas, *insinuando as regras de bem viver* no meio familiar"

(Rocha, 2003: p. 196. Grifos da autora). Para os iniciantes, a recomendação era de uma cartilha de higiene e, para as crianças maiores, era indicado um livro mais completo e minucioso, porém atraente.

Ante o exposto, é possível notar que, ao longo de um curto espaço de tempo, o conceito sobre educação moral, civismo e higiene foi sendo modificado e repassado à população, tendo como principal meio de divulgação a escola, ou seja, a formação dos professores para ensinar aos alunos os preceitos cívicos e higiênicos que deveriam ser, posteriormente, apreendidos por toda a família da criança, com vistas a possibilitar à população melhores condições de vida. Analisando os artigos sobre educação moral, civismo e higiene presentes nos periódicos a serem estudados na dissertação de Mestrado, será possível compreender as apropriações e as representações que os professores das escolas normais de São Carlos e Piracicaba fizeram a respeito de assuntos indiscutivelmente importantes nas primeiras décadas do século XX no estado de São Paulo.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, M. M. C. *A escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção Tudo é História).

OZELIN, J. R. *Revista da Escola Normal de São Carlos (1916-1923): a formação do professor*. (Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.

TANURI, L. M. *O Ensino Normal no Estado de São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: FEUSP, 1979. (Vol. 16).

ROCHA, H. H. P. *A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)*. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 2003.

[1] A escola-modelo era um estabelecimento de ensino cujos métodos e organização poderiam servir de modelo a outras escolas. (OZELIN, 2006: p. 93).

[2] ANTUNHA, H. *A instrução pública no estado de São Paulo. A Reforma de 1920*. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1976. (Estudos e Documentos, 12).

[3] ANNUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO. 1918, p. 234.

[4] Cadeira instituída pela Reforma Sampaio Dória (Decreto n. 3.356, de 31 de maio de 1921. *Collecção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1921*, pp. 95-109). Informação extraída de Rocha (2003, p. 136, nota 29).

[5] ANNUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO. 1917, p. 7.

[6] ANNUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO. 1917, p. 211-212.